

As raízes da árvore

FERNANDO PEDREIRA

Quem entrar num campo de futebol com uma raquete de tênis nas mãos pode usá-la, talvez, para agredir algum desafeto, mas não para bater na bola, que é pesada demais. Mesmo para punir um adversário desleal, bem mais eficaz que a raquete será sem dúvida uma boa cotovelada, como as que sabia dar, em seu tempo, mestre Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.



Não basta, pois, ser bom atleta e estar decidido a ganhar a partida. É preciso também saber que espécie de jogo se está jogando. O ministro Fernando Henrique, montado no seu corcel negro, entrou em campo arvorando na ponta da lança o nobre pendão do acerto de contas. "Antes de mais nada", disse ele "é mister cortar despesas, melhorar a receita, pagar as dívidas (ou cobrá-las) e limpar a pedra". Bandeira assim tão óbvia, justa e patriótica, teria com certeza a adesão entusiástica de todos, a começar dos mais responsáveis.

Senadores, deputados, ministros, governadores, banqueiros e empreiteiros, excetuados talvez uns poucos incuráveis, não faltariam com seu apoio e sua cooperação. Fernando Henrique (mal comparando) sentiu-se assim como Hammerlin, aquele personagem da literatura infantil que, armado apenas de uma flauta, salvou a cidade da peste dos ratos. Hammerlin se pôs a caminhar pelas ruas, soprando seu mágico instrumento, e logo os ratos saíram de suas tocas e o acompanharam, dançando e cantando, e assim ele cruzou os portões da cidade e os levou para bem longe.

Os contos infantis têm um encanto ingênuo e um poder inegável, mas algumas vezes lhes falta a autoridade e a força moral das Escrituras. Talvez o ministro fosse mais convincente e efetivo se, além da flauta de Hammerlin, empunhasse um chicote, como Jesus no templo, quando expulsou os mercadores. Pois a verdade é que, se a cidade está infestada de ratos, o templo onde pregam o ministro e seu presidente Itamar (o Estado brasileiro) está ocupado pelos vendilhões, pelos mercadores, e este não é um tipo de congregação que se deixe comover facilmente por boas e belas palavras.

A história é longa. Para varrer o

templo muitas vezes um só Cristo não basta. É preciso que venham, também, Lutero e Calvino e muitos e muitos outros, sem esquecer o nosso bom padre Antônio Vieira. O Brasil vive tempos de purgação (ou a antevéspera deles), mas os espantelhos que hoje assustam os seus bem-pensantes são pequenos pigmeus morais como o peruano Fujimori ou o nativo Bolsonaro.

Fujimori, Bolsonaro, Mussolini, o próprio Hitler são silhuetas (mais ou menos vivas, ou fortes) que só ganham relevo quando a realidade por trás delas é suficientemente escura, confusa e sombria. E o erro mais comum que cometem os bem-pensantes (os politicamente corretos) é supor que calando ou crucificando os Bolsonaros o perigo passa e a negra realidade que lhes deu força se torna mais aceitável ou menos negra.

Entre nós, a novela da política muito raramente ganha cores dramáticas ou trágicas. O povo é um boi paciente e manso. Nem por isso, entretanto, se devem ignorar duas marcas, dois traços essenciais de nossa evolução ao longo das últimas quatro décadas, desde os tempos do Juscelino. Um desses traços é negativo: sua expressão mais óbvia e visível é a inflação, que é, entretanto, simples consequência (cumulativa) do patrimonialismo, do clientelismo, da crescente corrupção e da falta de espírito público entre nossas elites governantes.

O outro traço (positivo) é a reação da opinião pública e do País em geral, que anseia por decência, segurança, seriedade, justiça — e procura (quase sempre em vão) quem seja capaz de varrer o templo. Foi esse impulso nacional, esse segundo traço, que elegeu Jânio em 1960, ape-

nas para ser traído logo depois. O mesmo impulso, em 1964, seria em boa parte responsável pela imposição da ditadura republicana do marechal Castelo e, outra vez, 20 anos mais tarde, numa campanha memorável, pela rejeição de Paulo Maluf e do próprio regime militar, que se corrompera e desmoralizara até a medula.

A eleição surpreendente do "caçador de marajás" em 1989 confirmou a mesma linha e mostrou até que ponto extremo estavam desmoralizados, entre o povo, os partidos, o governo e as lideranças políticas nacionais. A partir da campanha do impeachment, entretanto, o que parece especialmente digno de nota é que a pressão da opinião pública e da imprensa acabou rompendo resistências e abrindo caminhos institucionais para a vasta obra de saneamento moral: um presidente da República foi deposto; juízes ladrões da Previdência e bicheiros estão na cadeia.

É um começo, apenas um modesto começo, mas, se nos permitirem continuar firmemente nesta trilha, os Bolsonaros ficarão à margem como pobres figuras impotentes e ridículas. O que já se fez, entretanto, embora às vezes espetacular, é ainda muito pouco. Podemos uns galhos frondosos da corrupção, mas estamos ainda longe das raízes e do tronco da árvore. Talvez o presidente Itamar e seu ministro Fernando Henrique não sejam as pessoas adequadas para dizer isso (onde anda o Ciro Gomes?), mas a verdade é que essas raízes aí estão à vista de todos. Na própria Casa Política por excelência: no Congresso Nacional.

Quem faz a lei, quem cria as instituições? Quem deve determi-

nar e garantir (fiscalizar) o bom uso dos dinheiros públicos? Na verdade, o grande escândalo da República, o pior e mais grave de todos, são as suas casas legislativas, desde as câmaras de vereadores até o topo da pirâmide. Há uns poucos anos, o Senado Federal (a melhor de todas) tinha 7 mil funcionários, cerca de 100 por senador. Quantos terá agora?

O Congresso gasta 90% de seu vigor cívico aumentando subsídios, criando cargos, mordomias, vantagens e privilégios para seus próprios membros e para seus protegidos e apaniguados. Quem garante (com o nosso dinheiro) a grossa pepineira das estatais, a estabilidade dos funcionários, as aposentadorias milionárias? Ainda agora (ainda agora!), um projeto de amparo à pesquisa (do Ministério da Ciência e Tecnologia) foi transformado em mais um tremendo trem da alegria. No fim, para limpar sua barra, o Congresso aprova projetos demagógicos, concede aos trabalhadores aumentos supostamente "reais", que, na verdade, esporeiam a ciranda inflacionária e aceleram o desgaste dos salários.

A inflação é consequência inevitável desse quadro geral (é filha do Congresso) e não acabará se ele não puder ser saneado. Não se pode ter democracia representativa sem ter representantes eleitos do povo, sem ter Congresso. Mas não se pode ter democracia verdadeira com um Congresso infiel, com um sistema político que gera, multiplica e privilegia a indecência, o abuso. Não é protegendo o atual Congresso (e o atual sistema) que se há-de proteger a democracia: o poder do povo, o poder dos cidadãos.

Ao contrário, é preciso uma reforma urgente e profunda da legislação eleitoral e partidária, do sistema representativo e das próprias relações entre os poderes da República e entre eles e o povo. Por que não se pode decretar o impeachment de uma Assembléia corrupta? Por que não se pode dissolver o próprio Congresso quando ele contraria os interesses do Erário e do País? Ainda agora o STF decidiu anular benefícios ilegais que os deputados do Espírito Santo haviam concedido a si mesmos. Era preciso ir adiante, punir e destituir os representantes infieis, condená-los às penas da lei, que deve ser para todos.

Sem isso, sem que essas questões fiquem suficientemente claras aos olhos de todos, corremos o risco de continuar na mesma e de eleger, no ano que vem, outro demagogo.



Jupia